



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



A PROMOÇÃO 50º ANIVERSÁRIO e as experiências de trabalho de organização

A resolução do Comité Central, de Maio de 1970, sobre a promoção quinquagésimo aniversário do Partido, para além do que representa como objectivo visando um imediato fortalecimento orgânico do Partido insere-se numa perspectiva de longo alcance político e revolucionário. Na realidade, o reforço da organização do Partido, assume grande importância em qualquer época e situação da vida do Partido. Porém, ela é ainda maior no momento em que se verifica um agravamento da crise do regime e se desenvolve uma vaga de descontentamento que abrange camadas cada vez mais vastas da população.

Para uma aplicação correcta e efectiva da resolução do CC e para o alargamento da organização em geral, é necessário preencher pelo menos duas condições essenciais:

A primeira condição, é ganhar pela discussão, pelo esclarecimento, pela ajuda, o conjunto dos militantes e organismos do P. para o cumprimento da resolução do CC. É necessário tomar como certa a ideia de que, sem o fortalecimento orgânico do Partido fica seriamente comprometida a possibilidade de se dar um salto tanto quantitativo como qualitativamente nas lutas contra o fascismo e a exploração capitalista.

A segunda condição liga-se à necessidade de romper com a rotina, com as fórmulas feitas que conduzem os organismos ao envelhecimento, à estagnação, ao retrocesso. É necessário compreender que sem uma política de recrutamento audaciosa, (sem deixar de ser prudente); sem uma efectiva promoção baseada na confiança nos quadros; sem um sério esforço para transformar cada militante do Partido num activista; sem uma real dinamização de todo o Partido ele não se transformará no polo de atracção para milhares de activistas que só deste modo se disporão a ingressar nas fileiras do Partido.

Além destas duas condições fundamentais,

interessa não perder de vista a necessidade de se divulgarem os conhecimentos e experiências de trabalho que possam constituir ajuda para o desenvolvimento geral do Partido.

Assim, tendo em conta a importância da divulgação das experiências colhidas referiremos algumas recentemente verificadas num vasto sector de trabalho. Todavia, antes convém destacar duas particularidades. A primeira, é que os resultados muito positivos alcançados não apenas no trabalho de organização, mas também no trabalho geral do Partido, se não podem desligar duma situação muito favorável resultante das grandes movimentações de massas dos anos 1969-70. A segunda, é que muito do que ficou por fazer não se pode desligar do facto de ter caído sobre os ombros dum só camarada um tão grande volume de tarefas, impedindo assim que se explorassem mais a fundo algumas perspectivas de alargamento da organização e do trabalho do Partido, como impediu que se consolidassem coisas que vieram a perder-se ou dispersar-se. De qualquer modo, nem um ou outro insucesso, nem um ou outro erro podem apagar o muito de positivo que se alcançou. Passemos, porém, à análise de algumas experiências mais assinaláveis.

Riscos calculados. Sendo necessário agarrar um vasto sector, absolutamente desligado em algumas zonas, com débeis e perigosas ligações noutras zonas, tornava-se necessário correr vários riscos sem o que era praticamente impossível qualquer trabalho digno desse nome. Esses riscos constavam de:

Contacto com camaradas «queimados». Por muito que se afirme e reafirme que é necessário contactar os camaradas «queimados», a prática revela a cada momento camaradas que ou ficam desligados durante anos, ou deixados numa situação de afastamento do trabalho concreto o que quase vem a dar no mesmo. Esta realidade, que é absolutamente con-



trária à linha e aos Estatutos do P., revela-se ainda mais nociva quando se trata de camaradas prestigiados e firmes. Recorrendo a camaradas que se encontravam nestas condições foi possível não só religar muitos camaradas que estavam sem ligação, como levar a organização do P. a várias empresas e classes profissionais há muito desligadas.

Além disso, os contactos com os camaradas «queimados» demonstraram, uma vez mais, que os maiores perigos não vêm destes contactos, mas da forma pouco cuidada e da insistência com que eles são feitos. Aliás, os perigos nos contactos com camaradas nestas condições são, em certa medida, reduzidos pela sua experiência de trabalho conspirativo, e portanto pela maior confiança que não pode deixar de inspirar o seu trabalho.

Sem a ajuda e esforço de alguns camaradas «queimados» não teria sido possível alcançarem-se os resultados que se alcançaram, não teria sido possível chegar a muitos camaradas e organizações desligados. Não teria sido possível recuperar a confiança de camaradas e amigos que por razões diversas tinham uma atitude de reserva para com o Partido. É que, lamentavelmente, por vezes esquecemos que alguns camaradas, precisamente pelas provas de valentia e firmeza que deram perante o inimigo, constituem não apenas as melhores credenciais do P., como a sua melhor imagem.

Chamar os camaradas «queimados» a uma actividade mais eficiente e regular, de acordo com a situação concreta de cada um, tendo em conta a sua própria defesa, é pois uma necessidade a encarar muito a sério.

Outra experiência igualmente positiva colhida no sector, é aquela que nos indica a necessidade de se criarem;

Organizações dinâmicas e com espírito de iniciativa

O número muito elevado de tarefas que estavam sobre a responsabilidade dum só camarada, impedia desde logo que se andasse «pendurado» nas organizações e camaradas. Isto significa que, antes de tudo, por um justo conceito de trabalho, aliás, aplicado desde o início, mas também pela força das circunstâncias, se orientaram os organismos criados e cada camarada com quem se contactava, no sentido de responsabilização por todo o trabalho que lhe estava confiado. Quer dizer, regra geral os camaradas não ficavam à espera que o controleiro aparecesse para resolver as dificuldades que lhe apareciam. Como se pode calcular este trabalho não foi nem é fácil, há hábitos arreigados que se não vencem facilmente. Porém, os camaradas sabiam uma coisa, é que dada a distância entre os encontros, eles não podiam contar senão com a

sua iniciativa. Uma vez fazia-se mal, outras fazia-se bem, outras nem mesmo se fazia, mas esta é na prática a melhor forma de ganhar os camaradas para a acção.

Destas experiências pode-se uma vez mais concluir que não é por multiplicar o número de encontros com este ou aquele camarada ou organismos que o trabalho se torna mais eficiente.

Nesta batalha para a dinamização do Partido, vieram ao de cima duas atitudes mais ou menos localizadas ou seja, enquanto que, com os camaradas e organismos recentemente recrutados e formados não se depararam grandes dificuldades para aplicar esta orientação, isto é, para transformar cada organismo e camarada em órgãos vivos de combate e acção, com alguns dos camaradas mais antigos as dificuldades foram e continuam a ser muito maiores. É significativo o exemplo de 2 camaradas com muitos anos de P., com boas provas de firmeza dadas perante o inimigo, mas que em vez de tomarem a iniciativa nas suas mãos e darem um impulso decisivo ao trabalho do P., acabam por se transformar em travões a esse mesmo trabalho. Resultado, em cerca de 2 anos o trabalho, o Partido quase não deu um passo em frente no seu sector.

Criar no espírito de cada camarada um verdadeiro sentido de responsabilidade e de acção para a aplicação prática da linha do P. para a realização das tarefas que a cada um são confiadas é uma necessidade a encarar de frente e com urgência. Para alcançar este objectivo continua a ter importância fundamental:

Estruturar a organização

Realçar a importância da estruturação já quase não faz sentido porquanto, aquilo que sobre o assunto se pode dizer já foi dito milhentas vezes. Todavia, também neste terreno se colheram algumas experiências que não devem ser silenciadas.

Tal como aconteceu noutras particularidades do trabalho no sector, também aqui se juntaram a par dum elevado sentido de organização por parte do camarada responsável, a necessidade de agrupar quadros sem o que não teria sido possível abarcar tudo que se abarçou. E para já há dois aspectos de interesse a salientar. Primeiro, é que também pela força das circunstâncias foi necessário chamar a organismos de responsabilidade camaradas recentemente recrutados cuja experiência, como se compreende, era quase nula. Obviamente, nem sempre os resultados destas promoções foram os melhores, algumas vezes nos enganamos mas o saldo foi de qualquer modo muito positivo e já hoje se pode contar com um razoável número de quadros jovens dedicados e activos que não exis-

iriam se diferente tivesse sido o nosso procedimento.

A necessidade de agrupar os quadros em organismos mesmo tendo muitas vezes a noção de que as soluções encontradas não podem deixar de ser transitórias, é também uma experiência a reter: Por um lado, a formação de organismos sempre esteve ligada à ideia de ser esta a forma mais correcta e eficiente de conhecer, ajudar e responsabilizar os quadros. Por outro lado, os resultados alcançados não podem deixar de ser muito positivos pois, em vez de uma multiplicação infinita de encontros, preferiu-se agrupar, com carácter provisório, verificando-se uma vez mais ser esta a orientação mais justa e aquela que pode conduzir ao reforçamento e dinamização da organização do Partido.

Claro que não se deve depreender do que ficou dito que se estruturou simplesmente à sorte. Nada disso. O que se fez exigiu um grande esforço para se conhecer os quadros. E para melhor conhecer os quadros foi necessário descer até eles, conversar com eles, ouvi-los, compreender as suas ideias e dificuldades, ajudá-los onde se sentia que precisavam de ajuda, orientá-los e dar-lhes confiança. Esta foi, realmente, a base de que se partiu para a formação de organismos.

Ao salientar-se a importância que teve no desenvolvimento da organização a orientação de estruturar, de criar organismos mesmo com carácter relativamente provisório, não se pode deixar de salientar ao que atrás aludimos os seja:

À confiança nos quadros. Transmitir a cada momento aos quadros a nossa confiança neles, ganhar, por outro lado, a sua confiança, são dois factores essenciais para se pôr em prática uma justa linha de estruturação. Claro que não se ganha nem se incute confiança a partir de meras abstrações. A confiança ganha-se e transmite-se através duma justa política de quadros. É preciso a cada momento saber valorizar nos quadros aquilo que têm de positivo. É preciso ajudá-los nas suas dificuldades e distribuir-lhes as tarefas em que se sintam mais à vontade, não exagerar nem diminuir as suas possibilidades, etc. Além disso é preciso não se cair nas ideias feitas, nas apreciações subjectivas, mas numa apreciação ligada à realização concreta de cada tarefa. Esta foi e continua a ser a linha de orientação que permitiu e permitirá apreciáveis êxitos tanto no alargamento e reforço da organização, como na dinamização de toda a actividade do Partido.

O facto de salientarmos as experiências positivas verificadas no sector, não significa que se não tenham verificado faltas e erros. Só os não referenciamos porque não se trata aqui de fazer uma apreciação global do trabalho realizado, mas de dar a conhecer algumas experiências

que se puderem ser assimiladas e aplicadas noutros sectores não deixarão de contribuir para um reforçamento geral do trabalho do Partido.

Pelos exemplos que são dados depreende-se que os resultados orgânicos que até agora se alcançaram são muito importantes. Na realidade assim é. Contudo, como não podia deixar de ser, da aplicação justa duma linha de desenvolvimento orgânico resultou uma melhoria geral no trabalho do Partido. Vejamos alguns aspectos:

Lutas da classe operária. Enquanto anteriormente quase todas as lutas que ocorriam no sector tinham um carácter espontâneo, ultimamente já uma parte delas têm o impulso e a direcção do Partido. Isto revela como na prática se operou uma viragem importante na ligação do P. às massas. Como revelam também o papel dirigente que o P. passou efectivamente a ter nas lutas da classe operária.

Sindical. Neste campo alcançaram-se vitórias ainda mais expressivas. Despertaram-se e mobilizaram-se para esta frente de luta massas que há muito estavam completamente apáticas. Conquistaram-se posições em sindicatos muito importantes. Deu-se uma perspectiva à luta sindical que antes não tinha. É certo que não fomos capazes de aguentar todas as vitórias alcançadas, mas esta é já outra questão que não cabe aqui analisar.

Luta política. O papel do sector trabalhador com especial relevo em algumas zonas, foi de importância capital. Sem ele as tendências oportunistas teriam causado à luta democrática danos bem maiores. E, obviamente os sucessos teriam sido sem dúvida bem menos expressivos, já que não teria sido possível mobilizar dezenas de milhares de pessoas em volta das mais variadas reivindicações de carácter político e obrigar os democratas a sair das discussões estereis e abstractas, para uma actividade de viva e ligada às massas.

Aumento das receitas para o Partido. Os resultados alcançados em 1970, ano em que se situa, no fundamental, toda a actividade que vimos relatando, conduzem-nos para duas conclusões. A primeira, é que precisamos de recuar uns bons anos para se encontrar uma média de receitas como a do ano findo. A segunda, é que o aumento substancial das receitas veio revelar a inconsistência dos argumentos que durante muito tempo tentaram justificar os déficits crónicos no sector.

Estes exemplos e experiências que são os mais relevantes que se verificam no sector, além do que representam em si como demons-

tração do muito que é possível e necessário realizar, não são mais que o começo do muito que há para fazer no próprio sector. Muitas coisas estão ainda em princípio. Muitas coisas estão para consolidar. Muitas coisas estão mesmo por iniciar. Porém, desde que se não perca o ritmo em breve teremos novos sucessos a registar. Terão aumentado os militantes e orga-

nismos do Partido. Teremos levado a organização e o Partido a novas empresas e zonas industriais onde ela não existe ou está enfraquecida. Teremos um Partido mais dinâmico e enraizado na classe operária e nas massas laboriosas, objectivo primeiro e decisivo para pôr fim à tirania fascista e alcançar uma vida melhor para todo o povo português.



O artigo que «O Militante» publica a seguir foi escrito em 1946 por Joaquim Sociero Pereira Gomes (autor de «Esteiros», «Engrenagem», «Refúgio Perdido» e «Contos Vermelhos») então responsável do Comité Regional do Ribatejo do PCP.

Tendo passado à clandestinidade depois da greve de 8 e 9 de Maio de 1944, em cuja direcção participou activamente, Pereira Gomes entrou nos quadros de funcionários do Partido, sendo eleito para o Comité Central no IV Congresso realizado em 1946.

Sido largamente discutidos alguns anos antes, quando organismos responsáveis do sector pretenderam conduzir uma campanha pela extinção das praças de jornas. O Secretariado do Comité Central interveio directamente para corrigir tal orientação e para impulsionar a luta dos assalariados rurais aproveitando as «praças de jornas». (Ver artigo publicado em «O Militante» nos números de Março e Maio de 1944).

PEREIRA GOMES

Como utilizar as «praças de jornas» no movimento de unidade camponesa

Entre os camponeses de certa região, designa-se por «praça» o ajuntamento dos assalariados rurais em locais certos e dia fixado, com o fim de contratarem trabalho,—ou como usam dizer—tomarem patrão.

A «praça de trabalho» ou «praça de jorna» é pois um mercado de mão de obra, a que vão assalariados e proprietários rurais (ou os seus delegados: os capatazes), e em que os primeiros, como vendedores, oferecem a sua força de trabalho, e os segundos, como compradores, oferecem o salário ou jorna, que é a paga de um dia de trabalho (jornal).

Daí a designação de «praça de jorna» ou «praça de trabalho», mais apropriada do que «praça de homens» como já se tem chamado, visto que não são propriamente os homens que está à venda no mercado, mas sim a sua força de trabalho, isto é: o conjunto das suas facultades físicas e intelectuais utilizadas na produção.

Convém insistir neste ponto, porquanto aquela designação corresponde a uma corrente de opinião acerca das «praças», ou seja: de que elas são ainda restos do antigo mercado de escravos e, portanto, desumanas e inteiramente

condenáveis. Em certo artigo doutrinarário escreveu-se que «as praças de homens são, na realidade, mercados medievais da força de trabalho».

A verdade é que, antigamente, o homem do campo não era livre de dispor da sua força de trabalho: era escravo ou servo da gleba e, como tal, todo ele considerado uma ferramenta ou simples objecto de uso, que o senhor podia vender ou trocar ou, quando escravo, destruir. Os antigos romanos dividiam mesmo as forças de produção em 3 categorias: os meios de trabalho mudos (os objectos); os meios de trabalho semi-mudos (o gado); e os meios de trabalho falantes (os escravos). Ao passo que, modernamente, dentro da forma capitalista, o que constitui a mercadoria é a força de trabalho do homem, e não o próprio homem. Este, até certo ponto, é livre de escolher ou mudar de patrão ou ofício. Portanto, se no mercado medieval o homem passava das mãos de um senhor às do outro senhor, de um vendedor a um comprador, na «praça» actual o trabalhador rural vende a sua força de trabalho ao lavrador, por um tempo determinado (dia ou semana) e recebe em troca um valor: o salário.

Quer isto dizer que o trabalhador recebe o justo valor do seu trabalho? De modo nenhum.

Quer dizer também que o trabalhador, tendo deixado de ser escravo ou servo, é agora inteiramente livre? De modo nenhum. No sistema capitalista de produção, os assalariados estão dependentes da classe que possui os meios de produção (proprietários da terra e das máquinas, etc.); são obrigados, para não morrerem de fome, a vender as suas faculdades físicas e intelectuais. E nesse «negócio» forçado, os patrões aumentam o seu capital, enquanto os assalariados desgastam a sua única riqueza: a força de trabalho.

2

Pelo que acabamos de ver, e se bem que existam ainda muitos restos de medievalismo, tanto no modo como nas relações de produção agrícola (o Fôro, as coutadas, o uso do arado, a designação de servo, etc.), a «praça de jorna» é fruto da sociedade capitalista, em que até as faculdades do homem constituem uma mercadoria. Tanto assim que, mesmo noutros domínios da produção, se encontram «praças de trabalho», como a Casa do Conto dos estivadores de Lisboa, os quais, ainda há bem pouco tempo, se juntavam perto das docas, para condições colectivas de trabalho.

A condenação da praça de jorna por parte de alguns doutrinários só pode basear-se no espectáculo humilhante dum grupo de homens postados em qualquer largo de uma povoação, à espera de trabalho; bem menos humilhante todavia, do que ver estar um só homem de chapéu na mão no pátio dum lavrador, muitas vezes a suplicar trabalho por qualquer preço; não a aceitar ou recusar ofertas de preço, como é o caso na «praça».

Por outro lado, a antipatia de muitos camponeses pelas «praças», só pode filiar-se no atraso da sua consciência de classe, no seu individualismo característico, por via do qual julgam obter, sòzinhos, as condições de vida que só colectivamente, unidos e em luta, conseguirão.

O que há que combater, não é a «praça de jorna» tomada isoladamente: são, sim todos os espectáculos humilhantes da sociedade capitalista; é o regime de trabalho a que estão sujeitos os proletários do campo e da cidade pela classe dominante; é a exploração brutal dum homem por outro homem.

Mas então—haverá quem pergunte—é a praça de jorna um processo mais progressivo e mais útil de contratar trabalho do que o processo individual de contrato em casa dos patrões ou dos camponeses? Afirmanos que sim.

Embora não tenhamos dados históricos sobre a instituição das «praças», o facto de elas vigorarem na região do país em que o proletariado rural está mais diferenciado e atingiu maior consciência de classe, leva-nos a admitir que as «praças» foram, em tempos, uma rei-

vindicação camponesa, um passo em frente em relação ao contrato individual.

O que mais importa, porém, é saber se a formação e defesa das «praças de jorna», no estado actual da classe camponesa dentro do regime salazarista, é ou não uma palavra de ordem justa e de interesse para o movimento de unidade camponesa, e se, por consequência, contribui ou não para a libertação dos camponeses do jugo fascista.

Que a «praça» é útil ao movimento de unidade dos camponeses assalariados, prova-o a resistência constante que o patronato opõe ao funcionamento normal das «praças». Assim, durante a luta contra a tabela de salários imposta pelas Comissões Arbitrais em 1943, os patrões propuseram salários superiores aos da tabela, com a condição de que as «praças» fossem suspensas. Desse modo, iriam compensar-se mais tarde daquilo que pagariam a mais naquela altura. Também, numa certa localidade em que a tradição da «praça», há muito tempo desaparecida, foi retomada pelos trabalhadores, os patrões evitaram de mandar os seus capatazes à «praça» durante duas semanas seguidas, pois sabiam, como de facto sucedeu, que as jornas subiriam logo em seguida.

Dizemos que a «praça» é útil à unidade dos camponeses; e não simplesmente à subida das jorna, porque a «praça» não representa apenas um campo de luta por melhores jorna, mas também por outras condições de trabalho; e, além disso, porque é sòmente através da sua unidade que os camponeses conseguirão melhorar essas condições e o seu nível de vida.

É bem sabido que a união faz a força. E a «praça de jorna» comprova o ditado. Naquel, o trabalhador sente a força da união dos seus companheiros; levanta a voz; teima; defende os seus direitos. Ao passo que, no pátio do patrão ou na sua casa, porque está isolado, o trabalhador sente-se fraco; cala-se com um copo de vinho; trai os seus interesses e dos seus companheiros. Tanto assim é, que, mesmo na «praça», os capatazes ou os patrões estão sempre a puxar homens menos firmes para a taberna ou para a conversa à parte, a fim de abrirem brecha na unidade dos trabalhadores.

Eis um exemplo claro da utilidade das «praça»: Numa certa localidade em que a «praça» vigorava há pouco tempo, uns 4 trabalhadores ajustaram preço e hora de «ferra» diferentes daquilo que estava em vigor. Na manhã seguinte, na «praça», os companheiros deram por falta deles, souberam do caso, e ameaçaram de ir buscá-los a bem ou a mal. Tanto bastou para que os outros anulassem o contrato e regresassem à «praça». Foi este, portanto, que despertou nos 4 camponeses a noção da solidariedade no trabalho, a consciência da unidade da classe. Unidade esta, que está bem patente no hábito da «molhadura»—o vinho que o patrão

se obriga a dar a cada homem, após o ajuste — que nenhum trabalhador deve beber antes dos seus companheiros. (A «molhadura» é também a garantia do contrato-firmado entre as suas partes). Unidade que tem de se afirmar também, na «praça», quando os patrões querem contratar somente os trabalhadores fisicamente mais fortes, deixando os mais fracos sem ganha-pão, ou oferecendo-lhes jornas inferiores, o que deve ser repudiado pelos companheiros que ainda não desgastaram, como aqueles, a sua força de trabalho.

Que as «praças de jorna» funcionem todos os dias ou semanalmente aos domingos de tarde ou às segundas-feiras de manhã, isso depende do hábito e da natureza dos trabalhadores agrícolas, embora achemos preferível a «praça» à semana e às segundas-feiras, porque assim os camponeses ficam com os domingos por sua conta, aguentam melhor o nível das jornas e asseguram trabalho por mais tempo. O que mais importa é fazer-se da praça de jornas um baluarte de unidade para a luta dos trabalhadores rurais pelos seus interesses imediatos.

Contribuindo para a unidade dos camponeses assalariados, que devem ser a vanguarda da classe camponesa e os mais íntimos aliados dos operários, a praça de jornas contribuirá também para a libertação do povo do jugo fascista. Porque essa libertação só pode conseguir-se inteiramente, por meio da unidade de todas as camadas do povo português na luta diária, económica e política, contra a exploração, a miséria e a incultura impostas pelo Estado Corporativo

4

No entanto, não basta lançar a palavra de ordem de formação de novas «praças» e defesa das que existem. É preciso organizar as praças de jornas para a luta. Sem organização, pode vigorar a «praça», pode haver espírito de unidade entre os camponeses, mas essa unidade não poderá concretizar-se no decorrer das lutas pelas condições de trabalho; tão pouco os camponeses poderão sair vitoriosos e consolidar essas vitórias.

Eis um exemplo, entre muitos: Em determinada «praça», um trabalhador consciente e de prestígio era quem dirigia o ajuste e dava sinal para se beber a «molhadura». Mas porque não tinha inteiro apoio e estava sozinho a manter a frente dos trabalhadores na «praça», sucedia que sempre alguns companheiros lhe estragavam o ajuste, aceitando jornas mais baixas. Por sua vez, os patrões tentaram peitá-lo; oferecendo-lhe jornas mais elevadas, que ele merecia, mas que recusou porque era um homem honesto, um defensor da sua classe, enfim: um comunista. Apesar disso, não conseguiu assegurar a unidade dos trabalhadores nem as

jornas altas, sendo quando, guiado pelo Partido Comunista a que aderiu, organizou de comum acordo uma «Comissão de praça» para dirigir as lutas.

O que é então uma «Comissão de praça»? É uma Comissão de Unidade dos camponeses assalariados, composta por 4 a 8 ou até mais elementos (conforme o número daqueles que vão à «praça»), nomeados por todos ou pela maioria como os mais honestos, mais firmes e mais combativos, capazes de unir os seus companheiros na «praça». Trata-se, pois de uma comissão idêntica às Comissões de Unidade dos operários, nas fábricas, oficinas, etc., e de modo idêntico formada por trabalhadores de várias tendências políticas e religiosas, mas defensores dos interesses dos seus companheiros de trabalho. O que não proíbe, antes obriga, a que façam parte dessa Comissão um ou mais elementos das organizações anti-fascistas locais (MUD ou Unidade Nacional), especialmente um ou mais elementos do Comité Local do Partido Comunista, o grande partido das massas trabalhadoras.

Quais as tarefas que competem à Comissão de praça? Fundamentalmente, a Comissão tratará de todas as condições de trabalho dos camponeses em «praça»: ajuste de salários ou jornas; modo de execução de certos trabalhos; horário de trabalho (hora de «ferra» e «desferra»), hora de sesta; dia de «praça»; quantidade de «molhadura».

Para o bom desempenho das suas atribuições, a Comissão de praça manterá estreito contacto com as massas camponesas, a fim de saber a tempo as suas disposições e garantir o seu apoio.

Mas isto não basta. Visto que a «praça» é um campo de luta de interesses opostos, entre elementos de classes opostas (trabalhadores e patrões); visto que os patrões também se unem para a luta na «praça» apoiando-se, por vezes, nas autoridades fascistas; sairá vencedor quem usar de melhor tática. Queremos dizer, que a Comissão deverá estudar a situação da luta diária ou semanal, e saber quando deve recuar ou avançar, em defensiva ou ofensiva. Assim, estudando a natureza dos trabalhos em curso (cavas, podas, etc.), ou a urgência do patronato devido ao estado do tempo (sulfatagem ou curas, concerto de valados), ou a falta de braços em períodos de trabalho intensivo (ceifas, vindimas), a Comissão tentará um aumento nas jornas—prepara uma ofensiva. Estudando a falta de trabalhos no campo, ou a concorrência da maltesia (gaibues e ganhões), a Comissão evitará que as jornas desçam muito e depressa—prepara uma defensiva. Ofensiva e defensiva que se podem dar ao mesmo tempo, como por exemplo: sabendo-se que no fim das sementeiras haverá crise de trabalho, a Comissão de praça força a subida das jornas no começo

da faina, para que, no período de crise, a descida não ponha as jornas de rastos.

Tudo se resume à unidade e acção organizadas: acção da Comissão de praça e unidade dos camponeses na « praça » e nos ranchos.

5

É evidente que, para levar ávante tão sérias tarefas, a Comissão de praça deverá ser permanente, isto é, manter-se sempre como organismo dirigente de « praça », mesmo quando não haja motivos de luta.

Também a experiência ensina que a Comissão deverá ter carácter legal, isto é, ser conhecida e aceite pelo patronato. Todavia, não convem que a maioria dos seus elementos seja individualmente conhecida como dirigente da « praça ». Evitar-se-ão, assim, as represálias dos patrões sobre este ou aquele elemento da Comissão, ou mesmo a violência das autoridades, em casos de luta mais acesa.

Mas então—pergunta-se—como deverá actuar a Comissão de praça? A actuação dependerá das circunstâncias, conforme o objectivo da luta, o número de camponeses em « praça » e a força da unidade. De modo geral, se o objectivo é as jornas, a Comissão combina em conjunto, depois de conhecer a opinião nos ranchos, qual a jorna que se deve exigir. Em seguida, lança a palavra de ordem, por boca ou por escrito nas paredes, tal como: « Amanhã a praça deve sair a 30\$00 ». Finalmente, na « praça », depois de « aberto o preço » pelos capatazes, cada elemento da Comissão « aguenta » um grupo de companheiros na defesa da jorna combinada.

Em certa « praça » experiente e unida, a Comissão tem mesmo « brigadas de choque » para resistirem à guarda republicana quando chamada pelos patrões fascistas, e também para dominarem os trabalhadores vendidos ao patronato, quando os há. (Aí, a luta pelas jornas chega a demorar até à 1 hora da madrugada e a provocar tumultos). No entanto, é pelos bons exemplos e boas palavras, não pela força, que se consegue e deve convencer os trabalhadores vendidos, individualistas e inconscientes.

Mas várias « praças » há, a que não vão apenas homens: vão também mulheres. E estas merecem maior organização e solidariedade, quer pelo seu atraso geral, quer porque substituem os homens em alguns trabalhos, ganhando por metade daqueles, o que só beneficia os patrões.

A mulher sofre mais do que o homem as injustiças sociais; tem actuado vivamente nas lutas contra o fascismo; e desempenhará papel importante, ao lado do homem, na construção da sociedade futura. No entanto, os trabalhadores do campo e da cidade não têm

tido em devida conta as condições de vida das mulheres; sem as quais não é possível a completa emancipação das classes proletárias. Sòmente nós, comunistas, consideramos a mulher uma companheira no trabalho e uma camarada na luta.

É preciso organizar as camponesas na « praça », ainda que as jornas das mulheres estejam, até certo ponto, dependentes das jornas dos homens e até por isso mesmo, pois não é justo que, em trabalho igual, a mulher ganhe quase sempre por metade do homem.

Mas como organizá-las? Deverá formar-se uma Comissão de praça mista, composta de homens e mulheres, ou deverá formar-se uma Comissão feminina, ao lado da Comissão masculina? Melhor seria que as Comissões de praça fossem mistas, para que as mulheres, de permcio com os homens, ganhassem mais força de acção e experiência. Mas, porque as « praças » são distintas, embora funcionem no mesmo local, é preferível a formação de Comissões de praça femininas, às quais competem as mesmas tarefas das Comissões de praça masculinas.

A organização das camponesas assalariadas é tarefa difícil, mas não impossível. Cumpre às Comissões de praça dos homens; cumprir aos pais, aos maridos, aos namorados das camponesas, orientá-las e organizá-las na luta diária pelos seus interesses e na luta geral pelos interesses da classe.

6

Também a organização dos jovens camponeses deve merecer especial cuidado às Comissões de praça. Se, em geral, os jovens vão às « praças » lutam como os adultos e são contratados nas mesmas condições, casos há em que estão sujeitos a piores jornas embora realizem os mesmos trabalhos, como sucede com as mulheres.

De todo o modo, cumpre às Comissões de praça mobilizar e unir os jovens para a luta por melhores condições de trabalho, aproveitando o seu entusiasmo, o seu espírito combativo; cumpre-lhes transmitir aos jovens, aos « homens de amanhã », a sua experiência de luta pela vida no campo e nas « praças ». Portanto, devem os trabalhadores adultos, ao nomearem as suas Comissões, incluir nelas, sem receio, dois ou mais representantes da juventude.

Por sua vez, os jovens camponeses não se limitarão a estar representados nas Comissões de praça. Em cada localidade, os jovens devem ter a sua organização própria, aberta a todos os rapazes e raparigas de todas as profissões, e dirigida por uma ampla Comissão juvenil e legal, à qual compete tratar dos interesses e aspirações da juventude da sua loca-



lidade, respeitantes ao trabalho, à cultura e ao desporto. Comissão essa, dividida em secções, que terá os seus delegados camponeses na Comissão de praça (secção de trabalho), assim como nas colectividades recreativas e desportivas (secção de cultura e desporto), muito especialmente nas Casas do Povo.

Isto significa que os jovens trabalhadores eleitos para as Comissões de praça, tanto podem ser o ponto de partida para a formação daquela ampla Comissão local, que eles próprios devem organizar nos pequenos meios rurais, como podem ser os delegados dessa Comissão legal, quando ela já exista.

Quais as tarefas fundamentais que competem aos jovens camponeses organizados na «praça de jornas»? É seu dever contribuir para a unidade camponesa na «praça» e nos ranchos; prestar solidariedade aos seus companheiros de trabalho; animar as jovens camponesas para a luta organizada dentro da sua «praça»; exigir sempre, para trabalho igual, jorna igual à dos adultos; defender, junto da direcção das Casas do Povo, os interesses da juventude, nomeadamente, o direito de sócio para os jovens trabalhadores com menos de 18 anos; e atrair as massas juvenis para a Casa do Povo, realizando aí tarefas progressivas, tais como: cursos nocturnos para analfabetos, récitas de teatro e concertos musicais, festivais desportivos.

A unidade e acção dos jovens trabalhadores rurais, ombro a ombro com os homens, na luta contra o fascismo, serão a garantia segura da conquista dum futuro melhor para a classe camponesa.

7

O conhecimento das condições de trabalho nas outras «praças» da região é factor importante para uma Comissão de praça. Mas ainda: em certas povoações, só o entendimento com as Comissões de praça vizinhas pode assegurar boas condições de trabalho nessas povoações. E porquê? Porque as jornas, a hora da «ferra», etc., numa «praça», influenciam as condições em vigor noutra «praça» vizinha; porque os lavradores duma povoação podem ir buscar trabalhadores em melhores condições a outra povoação.

Nestas circunstâncias, há que estabelecer a unidade camponesa entre as praças de jorna duma área, por intermédio das Comissões, que manterão contacto entre si. Melhor será formar uma «Comissão Regional de Unidade» para coordenar a luta dos camponeses nas «praças» dessa área, e composta por um ou mais delegados de cada Comissão de praça.

Evoluindo de locais para regionais, as Comissões de praça fazem alastrar e enraizar mais o movimento de Unidade, entre os cam-

poneses assalariados.

Também, na medida em que se prestigiam e se consolidam, as Comissões deverão alargar a sua actividade para fora das «praças», interferindo em todos os sectores da vida social que diga respeito à classe camponesa da sua localidade, tais como: racionamento, melhoramentos locais, direcção da Casa do Povo, eleições gerais.

Num recente movimento de massas por maior racionamento de pão, no qual as mulheres tiveram acção preponderante, foram as Comissões de praça que dirigiram a luta em várias localidades. E em Outubro-Novembro de 1945, durante a campanha eleitoral, houve Comissões de praça que aderiram ao movimento de Unidade Democrática, na qualidade de «comissões profissionais». Actuaram assim como verdadeiros Comitês de Unidade, representativos de toda a classe camponesa local. E isto é uma evolução das Comissões de praça, num sentido mais amplo e progressivo.

Entre todos aqueles sectores de actividade camponesa relacionados com as Comissões de praça, são as Casas do Povo que, pela maior importância social, exigem mais atenção. E vejamos porquê.

As Casas do Povo têm por fim (artigo 5º dos estatutos-modelo) representar os trabalhadores inscritos como sócios efectivos, no estudo e na defesa dos seus interesses económicos e sociais; desenvolver a assistência e a providência, pelo auxílio em casos de doença, desemprego, invalidez e velhice; cooperar no ensino aos adultos e às crianças; realizar melhoramentos locais. Ao abrigo destas disposições—fazendo cumpri-las—os camponeses podem e devem realizar uma obra social importantíssima para a sua classe e para a população camponesa em geral. Por outro lado, sendo a Casa do Povo um organismo misto de trabalhadores e lavradores, é na Casa do Povo que melhor se pode formar a unidade antifascista, o entendimento das grandes massas rurais (trabalhadores, rendeiros e médios proprietários) exploradas pela organização corporativa e interessadas, pois, na sua destruição.

É claro que a Casa do Povo também é uma instituição corporativa apesar dos seus fins sociais, não substitui as antigas Associações de Classe dos trabalhadores rurais. É claro também, que ao Estado Salazarista não interessa cumprir, em benefício dos trabalhadores, as obrigações estabelecidas nos estatutos

interessa cumprir, em benefício dos trabalhadores, as obrigações estabelecidas nos estatutos das Casas do Povo. O Estado Salazarista usa a demagogia mais refinada: promete facilmente, mas não dá de boa mente. No entanto, e por isso mesmo, é necessário que os camponeses também posse das Casas do Povo, das «suas Casas».

De que modo? Estudando os estatutos e fazendo pressão sobre os actuais dirigentes, para que ponham em prática as regalias instituídas. Exigindo eleições livres nas Casas do Povo, dentro do prazo. Substituindo, com o seu voto, os dirigentes inactivos e traidores por camponeses leais e activos, nos cargos de Direcção. Finalmente, convencendo os lavradores honestos a que substituam os agrários fascistas, nos lugares da Mesa da Assembleia Geral.

Éis aqui a grande tarefa das Comissões de praça, como dirigentes que são das massas trabalhadoras do campo, para que estas sigam na pegada dos seus irmãos proletários—os operários—que já conquistaram e transformaram, em seu proveito muitos sindicatos fascistas. Até mesmo porque, sem a posse das Casas do Povo pelos camponeses, as vantagens conseguidas nas praças de jornas podem ser anuladas de um dia para outro, com os contratos colectivos de trabalho impostos pelos dirigentes das Casas do Povo ao serviço dos patrões. Este perigo será evitado, desde que os contratos colectivos sejam feitos e postos em prática com a participação dos legítimos representantes dos trabalhadores.

Além de tudo, os camponeses têm de desenvolver o seu espírito associativo: criar os seus organismos colectivos de direcção e aprender a resolver os seus próprios problemas; para que amanhã, morto o fascismo, venham a ter um lugar digno na Comunidade Nacional.

8

Nesta altura, haverá pessimistas que perguntem:—Tudo isso está muito certo, mas se os patrões não quiserem pagar as jornas mais altas que irão fazer os camponeses? Trabalhar... Pois.

A esses pessimistas responderemos com outra pergunta:—E se os camponeses não quiserem trabalhar por tais jornas, que irão fazer os patrões? Trabalhar... não.

Se é certo que os camponeses têm de trabalhar para viver e que os patrões podem viver sem trabalhar, não menos certo é que os tra-

balhadores rurais tem meios de defesa próprios, o melhor dos quais é a sua unidade de acção—«todos por um e um por todos».

Mas a um outro meio de defesa nos queremos referir. É as «Caixas de Solidariedade» ou «Caixas de Resistência»; criadas pelos operários, mas ainda desconhecidas pelos camponeses.

O que são, como funcionam, e a que se destinam? Chama-se Caixa de Solidariedade a associação legal de quaisquer trabalhadores, em número não superior a 20 (quando superior, são obrigados por lei a estatutos), que se quotizam de comum acordo, com o fim de se auxiliarem mutuamente ao fim de certo tempo e em determinadas circunstâncias (doença, falta de trabalho), e dirigida por um secretário e um tesoureiro escolhidos entre os 20 sócios.

Que vantagem oferecem essas Caixas, em relação às praças de jornas? Estabelecidas por vários grupos de 20 camponeses, com o fim de auxiliarem os sócios sem trabalho, e ligadas entre si pela Comissão de praça (esta ligação deveria ser secreta, porque contraria a lei), as Caixas de Solidariedade poderiam fortalecer a resistência dos camponeses, em casos de conflito com os patrões, pois que os seus fundos iriam auxiliar os sócios que, por tal motivo, deixassem de trabalhar durante um ou dois dias, ou mesmo uma semana.

Queiram os camponeses assalariados fundar Caixas de Resistência, que não faltarão camaradas experientes para lhes ensinar em pormenor as regras de funcionamento de tais Caixas. «Querer é poder» — e os camponeses podem e devem fundá-las.

9

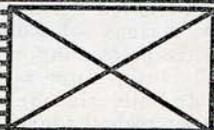
Neste esboço sobre a maneira como utilizar as praças de jornas ou praças de trabalho no Movimento de Unidade Camponesa para o derubamento do fascismo, reportámo-nos a um tipo de Comissões de Unidade: as «Comissões de praça».

Não obstante, algumas normas indicadas poderão aproveitar às Comissões camponesas de outro tipo.

Trabalhar pela formação de Comissões de Unidade camponesa — Comissões de Praça, Comissões Locais, Comissões de Herdade, Comissões de Rancho — com objectivos definidos, é dever de todos os lutadores antifascistas, é dever de todos os camponeses conscientes.

Agosto de 1946.

«Na sua já velha pretensão de atacar a linha política do PCP «dum ponto de vista de esquerda», o radicalismo pequeno-burguês revela invariavelmente cegueira perante os factos, idealização e esquematização de situações, impreparação teórica e recurso sistemático a deturpações e falsificações do Programa e da linha do PCP. Nisto são todos tão grandes campeões que difícil seria atribuir a palma a qualquer.» Do tiro do camarada Alvaro Cunhal, «o radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista.»



PERGUNTAS e RESPOSTAS

P. O que é o sionismo? Qual a diferença entre anti-semitismo e anti-sionismo? Terá alguma base a acusação de que há anti-semitismo na URSS?

R. O sionismo é uma determinada política (de que adiante se referirão os aspectos essenciais) dos judeus burgueses e reacçãoários. A sua principal expressão na actualidade é a política agressiva, anexionista e chauvinista do governo de Israel.

O anti-sionismo é a oposição a essa política e não se deve confundir com o anti-semitismo ou seja a hostilidade para com os judeus, o chauvinismo anti-judaico tendente à defesa de medidas discriminatórias em relação aos judeus.

A propaganda do imperialismo, da reacção, do governo de Israel, procura apagar esta diferença e vulgarizar a ideia de que quem combata o sionismo está contra os judeus, ou seja, quem seja anti-sionista é anti-semita. Trata-se de uma completa falsidade semelhante à daqueles que acusam de antiportugueses os anticolonialistas. Os comunistas combatem ao mesmo tempo o sionismo e o anti-semitismo.

O problema dos judeus dura há muitos séculos. Dois mil anos atrás, existia um Estado judaico na Palestina. No ano 70 depois de Cristo, com a tomada e destruição de Jerusalem pelos exércitos romanos e as chacinas de judeus, estes começaram a dispersar-se pelo mundo. Em graus diversos, mantiveram uma religião própria, uma mesma língua (o idiche), e um sentimento de comunidade tanto mais forte quanto é certo que, em numerosos países, sofreram discriminações e perseguições. Ainda em princípios do século XX eram frequentes as chacinas de judeus (pogromos) na Rússia dos czares e noutros países.

O sentimento de comunidade e de ajuda recíproca entre os judeus, tem pois causas históricas. Estas não chegaram porém para criar «um povo judeu» de carácter internacional,

nem «uma nação judaica» igualmente por cima das fronteiras. Essa noção sionista de «nação judaica» é, como dizia Lênine, «absolutamente inconsistente no ponto de vista científico e reacçãoário no seu conteúdo político».

A maioria esmagadora dos judeus, ainda que mantendo acentuadas particularidades, integraram-se nas nações onde se fixaram, onde nasceram, viveram, trabalharam sucessivas gerações. Hoje em Portugal os judeus são tão portugueses como qualquer outro português e assim se consideram. O mesmo nos Estados Unidos, na França e nos outros países. A reclamação dos judeus em cada país foi sempre a sua integração histórica nas sociedades respectivas, mantendo embora as suas particularidades.

Entretanto, as discriminações e perseguições forneceram terreno favorável para germinar a ideia, fomentada e financiada por capitalistas e banqueiros judeus ligados ao imperialismo, de uma solução nacional, com a criação algures dum Estado judaico constituído pela convergência de judeus de todo o mundo. Essa ideia, inicialmente, não encarava sequer que tal Estado viesse a ser criado na Palestina. Houve projectos diversos. Certas zonas da América do Sul e da Uganda em África, foram, entre outras, regiões encaradas para a criação de um tal Estado.

A ideia da volta à «Terra Prometida», a Sion (nome da colina de Jerusalem, donde vem o nome de sionismo) era combatida pelos próprios judeus. A oração «No ano próximo em Jerusalem» foi durante séculos uma mensagem religiosa (ligada à ideia da reconstrução do Templo de Jerusalem destruído há 2.000 anos), que nada tinha a ver com a ideia dum «regresso» físico dos judeus a Jerusalem, a Sion, à Palestina. Os que primeiros defenderam tal ideia, foram condenados pelos próprios judeus como falsos Messias.

Entretanto, as perseguições aos judeus no século XIX, icyaram a novos movimentos migratórios. Em 1870, um pequeno grupo insta-

lhou-se na Palestina, criando aí uma colónia agrícola, a que se seguiram muitas outras através dos anos. Esse foi o ponto de partida da teoria sionista ou sionismo, ou seja, a ideia da criação duma comunidade nacional judaica e dum Estado judaico na Palestina, ideia que se transformou num movimento com a fundação da organização sionista por Teodoro Herzl em 1897.

O sionismo foi sempre um instrumento da burguesia judaica dos vários países e, em larga medida, um instrumento da política imperialista no Médio Oriente. Os sionistas agiram sempre sob a protecção e seguindo as conveniências de potências imperialistas (Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos).

O projecto da constituição do Estado judaico na Palestina consta da «Declaração Balfour» de Novembro de 1917, e foi uma peça da política de conquista imperialista britânica no Médio Oriente, no ocaso do império otomano. Para impedir a identificação dos interesses de árabes e judeus na luta anti-imperialista no Médio Oriente, a Inglaterra, que dominou longos anos essa região, atirou sempre árabes contra os judeus e vice-versa. Não se pode porém nesta resposta fazer a história do sionismo e serão pois apenas brevemente referidos acontecimentos mais recentes.

No fim da 2ª guerra mundial, durante a qual a Alemanha hitleriana tinha exterminado 6 milhões de judeus, a constituição do Estado de Israel, apesar de atingir os interesses dos árabes da Palestina, foi geralmente reconhecida pela necessidade de conferir aos judeus uma terra própria e segura.

Propostas foram então feitas para a constituição na Palestina dum Estado bi-nacional, com iguais direitos para árabes e judeus.

Tal não foi porém a orientação dos dirigentes sionistas que combateram a ideia da criação dum Estado bi-nacional. O Estado de Israel foi uma criação da burguesia judaica, ligada estreitamente ao imperialismo. Em vez da libertação da Palestina do jugo colonial pelos trabalhadores judeus e árabes, a burguesia judaica constituiu na Palestina um Estado burguês, imperialista, chauvinista, racista e expansionista. Israel tornou-se um pião do jogo e uma ponta de lança do imperialismo no Médio Oriente, que tenta hoje sufocar o movimento de libertação dos povos árabes, destruir os seus regimes mais progressistas (RAU e Síria) e retomar as posições que perdeu naquela região do mundo.

O conflito mais agudo aparece, instigado pelo imperialismo, quando da corrida ao petróleo do Médio Oriente no fim da 2ª guerra Mundial. Ainda antes do termo do «mandato» britânico na Palestina, ingleses e israelitas semeiam o pânico entre os árabes. Em

Abril de 1948, organizações fascistas israelitas (Irgou Zwei Leumi) levam a cabo massacres da população árabe (Deir Iassin). No mesmo mês conquistam Haifa, destroem os bairros árabes, espalham o terror. Começa o êxodo em massa das populações árabes da Palestina. Só em Jaffa, 100.000 árabes abandonam a cidade. A guerra de agressão e anexação dos sionistas prolonga-se até princípios de 1949. Mais de 1 milhão de árabes da Palestina despossuídos das suas terras, ficaram vivendo fora da sua pátria, concentrados em campos miseráveis. Os sionistas israelitas tratam esses árabes como se fossem intrusos na terra onde nasceram e onde nasceram e viveram as gerações que os antecederam durante séculos e séculos! E porque há 2.000 anos as tropas romanas destruíram o templo de Jerusalem, os sionistas afirmam que os judeus espalhados pelo mundo, descendentes de gerações que através de séculos nasceram e viveram nos países respectivos, têm direito à terra da Palestina!

A agressão israelita em 1967 está no prosseguimento dessa política expansionista e anexionista protegida pelo imperialismo norte-americano. A recusa a evacuar os territórios ocupados, de cumprir a Resolução do Conselho de Segurança da ONU de 22 de Novembro de 1967, mostra bem o carácter dessa política.

O sionismo pretende que Israel é ao mesmo tempo um Estado do Médio Oriente e um Estado supranacional, ao qual devem fidelidade todos os judeus de todos os países. Pretende que todos os judeus são israelitas, isto é cidadãos do Estado de Israel. Israel pretende falar em nome dos judeus de todo o mundo, quando não pode legitimamente falar senão em nome dos israelitas, dos cidadãos do Estado de Israel, onde está de facto em rápida formação a nação israelita.

O chauvinismo israelita não é a posição geral dos judeus, nem nos vários países, nem mesmo em Israel. O Partido Comunista de Israel conduz uma luta corajosa contra a política do governo sionista e é activamente solidário para com os povos árabes. Nos países socialistas, a generalidade dos judeus, integrados na sociedade socialista, têm a mesma posição. Em todos os países, cidadãos de origem judaica militam em organizações revolucionárias e têm uma posição anti-sionista.

Pretendendo que os judeus em todos os países são «israelitas» acima de cidadãos desses países, e acusando o anti-sionismo de anti-semitismo, é o próprio sionismo que esbate os limites entre o sionismo e judaísmo e estimula o anti-semitismo. O sionismo contribui na actualidade para a revivescência do anti-semitismo.



Não é de admirar que o governo reaccionário de Israel fomenta em torno desta questão uma histórica campanha anti-soviética. A URSS condenou severamente a guerra de agressão de Israel e do imperialismo norte-americano contra os povos árabes. Foi e é graças à ajuda da URSS (militar, económica, diplomática) que os povos árabes, designadamente a República Árabe Unida e a Síria, fazem frente aos expansionistas israelitas e às tentativas do imperialismo para retomar o domínio no Médio Oriente. Isto explica só por si a campanha de acusações a um pertenso anti-semitismo existente na URSS, campanha conjunta dos dirigentes reaccionários israelitas, do imperialismo e da reacção mundial e que recentemente, culminou numa Conferência provocatória realizada em Bruxelas pelos sionistas.

É sintomático que, em vários países da Europa, elementos colaboracionistas com os nazis, que, durante a guerra aplaudiram o extermínio de milhões de judeus, apareçam agora como grandes advogados de Israel contra o que dizem ser o « anti-semitismo » dos comunistas!

A verdade é que a URSS reconheceu, desde a primeira hora da sua criação, direitos aos judeus como a quaisquer outros cidadãos soviéticos. A maioria dos operários judeus (que constituíam 15% da população judaica), assim como numerosos intelectuais judeus, participaram ou apoiaram a Revolução de Outubro. Muitos judeus foram destacados militantes revolucionários e desempenharam e desempenham altas funções no Estado Soviético. O primeiro presidente da URSS, Sverdlov, era judeu.

Os sionistas, que já antes da Revolução de Outubro procuravam afastar os trabalhadores judeus do socialismo, tomaram uma atitude hostil ao poder soviético, fazendo apelos aos judeus para a luta anti-soviética.

O governo soviético, desde a primeira hora, tomou medidas contra o anti-semitismo, que passou a ser considerado como um crime e como tal punido. Durante a guerra, os invasores hitlerianos exterminaram na URSS cerca de 2 milhões de judeus. Este número teria sido ainda mais elevado se o governo soviético não tivesse organizado a tempo a deslocação de outros 2 milhões de judeus para fora das zonas de combate.

Na URSS não há discriminações nacionais nem raciais. Os judeus têm os mesmos direitos de quaisquer outros cidadãos. Centenas de milhares de judeus são membros do Partido Comunista. Do governo soviético fazem parte judeus, incluindo o vice-presidente do Conselho de Ministros, V. Dimchitz. São judeus numerosos escritores e artistas mundialmente conhecidos como o escritor I. Ehrenburgo, o violinista D. Oistrak, a bailarina M. Plissetskaia, o realizador M. Donskoi. Mais de 100 soviéticos judeus receberam o título supremo de Herói da União

Soviética e outros 100 o prémio Lênine. São judeus cerca de 2 mil membros dos soviets. O número de cientistas judeus sobe a mais de 70.000 e nas universidades estudam mais de 100.000 jovens judeus. Há completo respeito pela religião, as tradições, a cultura, a língua judaica.

O número de judeus soviéticos sobe a cerca de 3 milhões. Os judeus vivem espalhados por toda a URSS, mas, em algumas cidades e regiões são particularmente numerosos; 240.000 em Moscovo, 170.000 em Leningrado, 154.000 em Kiev, 120.000 na região de Odessa, 100.000 no Uzbequistão. Existe também uma região autónoma Judaica, cuja capital é Birobidjam. De toda esta população, apenas uma parte insignificante manifesta vontade de ir para Israel.

Durante anos a URSS não pôs obstáculos à emigração dos judeus que o desejassem. Desde a agressão israelita, há porém factores que não podem deixar de ser tidos em conta. Para o prosseguimento da sua política de expansão e agressão, Israel procura reforçar os seus quadros técnicos, as suas hostes militares, a sua mão-de-obra. A URSS apoia justamente a luta de libertação dos povos árabes e condena a política dos dirigentes israelitas. Essa a razão porque não autoriza a ida para Israel de judeus em idade militar nem de especialistas que possam reforçar o potencial agressivo de Israel.

Aliás, dos que têm ido para Israel, muitos viram aí desabar as suas ilusões. Postos em face da realidade dum Estado burguês, dividido em classes, chauvinista, muitos têm pedido para regressar à URSS. Todos os dias os jornais referem casos desses.

O facto de ser sionista não dá o direito de violar as leis e praticar crimes nos países socialistas. Não dá, por exemplo, direito a praticar a pirataria aérea, assassinando, se necessário, pessoal de bordo. Se algum sionista cai sobre a alçada da lei socialista é pura hipocrisia afirmar que a sua condenação é uma manifestação de anti-semitismo.

Não queremos finalizar esta resposta sem lembrar a posição do Partido Comunista Português em relação ao problema do Médio Oriente.

O PCP: a) condena a agressão israelita, apoiada pelo imperialismo norte-americano, e a política expansionista, anexionista, chauvinista do governo de Israel; b) apoia a luta de libertação dos povos árabes e os direitos dos árabes da Palestina; c) considera que a solução política do problema exige a restituição de todos os territórios ocupados pelo agressor israelita, tal como estabelece a Resolução do Conselho de Segurança da ONU de 22 de Novembro de 1967; d) considera que a solução do problema terá de incluir o reconhecimento dum facto histórico: o direito do Estado de Israel à existência.